



Relatório e Contas 2016

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Prezados Senhores Acionistas,

No cumprimento das obrigações legais e estatutárias submetemos à aprovação da Assembleia-geral, o presente relatório, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações no capital próprio e o correspondente anexo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Factos Relevantes Ocorridos

O ano de 2016 foi um ano bastante desafiante na gestão, um pouco no seguimento do que já havia sido 2015, onde muitos dos temas centrais do mercado se mantiveram e dominaram a evolução dos mercados.

Entre os acontecimentos que marcaram o ano, contam-se a elevada volatilidade do mercado, o *quantitative easing* dos principais bancos centrais mundiais, a incerteza face ao crescimento da China, flutuações cambiais e do preço do petróleo, *spreads* da dívida periférica, crise bancária em Itália, tensões políticas na zona Euro, Brexit, eleições presidenciais nos EUA, recapitalização da CGD e BCP, venda do Novo Banco, eventos de crédito etc.

No que respeita à SGF, o evento de maior impacto na rentabilidade das carteiras, foi o reconhecimento da existência de um evento de crédito na brasileira Oi, empresa que absorveu os ativos e passivos da antiga Portugal Telecom.

Depois de ter falhado o pagamento de uma das suas obrigações, que havia sido vendida em oferta pública aos investidores de retalho portugueses, no final do mês de junho/início de julho, as instâncias internacionais relevantes para o efeito vieram confirmar o incumprimento da empresa, acionando os seguros de crédito.

Este evento acabou por ser a principal condicionante da rentabilidade dos fundos, dada a existência em carteira de emissões da ex-Portugal Telecom, com um peso significativo, cujo preço sofreu uma queda gradual e forte desde o falhanço da consolidação com a TIM Brasil, acabando por entrar em default.

Novamente, ao longo do ano, as políticas dos Bancos Centrais dominaram a direção dos investimentos, taxas de juro e a evolução dos títulos de dívida soberana no mercado.

Em relação à estrutura organizativa, é de realçar, em Março de 2016, o alargamento do Conselho de Administração e as mudanças na Administração da Sociedade. Em setembro de 2016, após a renúncia do então Administrador Executivo, também a Administração Executiva foi alterada. A crescente consciencialização dos portugueses para a necessidade de poupar para a reforma bem

como o destaque que as Sociedades Gestoras independentes vêm ganhando neste mercado, dada a sua credibilidade e ausência de conflitos de interesses, leva a nova Administração da SGF a acreditar que a empresa está bem posicionada para aproveitar esta oportunidade estratégica pelo que as suas perspetivas de futuro são otimistas

Para isso, em agosto de 2016, foi estabelecida uma parceria de consultoria na gestão de patrimónios com a Golden Assets, passando a contar com uma equipa muito alargada na área de gestão de ativos e adotando uma política de investimentos diversificada, prudente e com uma visão de longo prazo, mais adequada para garantir uma gestão profissional e rigorosa, adequada ao perfil de risco de cada Cliente.

No seguimento do acordo com a Golden Assets, houve que redimensionar a equipa de Gestão de Ativos da SGF, com a saída, já em 2017, do responsável pela área. Por outro lado, a equipa da área Comercial foi reforçada, com a entrada de mais um elemento para a equipa.

Relativamente aos detentores do capital da SGF, importa referir que a estrutura acionista sofreu uma alteração significativa, primeiro com a venda da posição da USI ao SNQTB em outubro de 2016, ficando este detentor de 67,72%, e posteriormente com a entrada, já em 2017 da Golden Assets que adquiriu 11% da posição acionista detida pelo SNQTB que, após esta transação, ficou com 56,7% do capital da SGF.

Princípios Orientadores da SGF

A missão que a SGF assume perante os seus participantes é a de obter a máxima rendibilidade para os fundos sob gestão, dentro do perfil e nível de risco, previamente escolhido pelo cliente.

Tem como princípios de gestão:

- Total independência - Ausência de conflitos de interesses;
- Gestão prudente;
- Rigor, transparência e segurança.

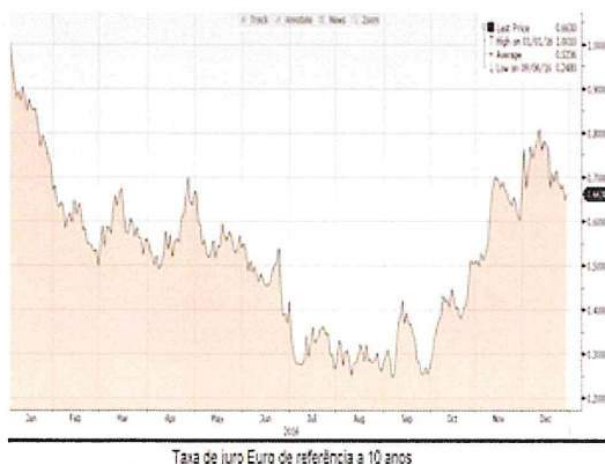
Desenvolvimento Organizacional

No ano em análise e no respeitante à estrutura organizativa, merece destaque o maior enfoque no desenvolvimento da atividade comercial, e as alterações na gestão de ativos que agora conta com o apoio e aconselhamento da Golden Assets.

Por outro lado, o reforço da equipa comercial mostra uma nova atitude da empresa, com uma estrutura mais adequada aos novos objetivos.

Gestão de Ativos - Mercados Financeiros em 2016

O ano ficou imediatamente marcado por um início bastante negativo na generalidade das bolsas mundiais, ao contrário do que era aguardado pela maioria dos analistas.



Também o corte de taxas de depósito no Japão, para um valor negativo, numa nova tentativa de estimular a economia e a inflação, logo em janeiro, condicionou de imediato o desenvolvimento das Bolsas Asiáticas.

Ainda no primeiro mês do ano, a queda continuada do preço do petróleo, acabou por se tornar um foco de preocupação crescente para o sector energético, colocando mesmo em questão a viabilidade económica de algumas

empresas do setor.

O mês de fevereiro voltou a ser um mês de correção acionista para os mercados Europeus e Asiáticos, com os mercados Norte-Americanos a evitarem maiores quedas e com o Ouro a ser ativo de refúgio.

A realidade dos números macroeconómicos apresentados no primeiro trimestre fizeram transparecer alguma ineficiência das políticas monetárias implementadas, quer a nível do programa de compra de ativos (QE) quer a nível da política de juros baixos (em mínimos históricos). Entretanto, a discrepância de expectativas para a economia europeia e americana (esta última em vias de encetar um movimento de subida de taxas) levou a que o câmbio do Euro/Dólar registasse mínimos não vistos há vários anos.

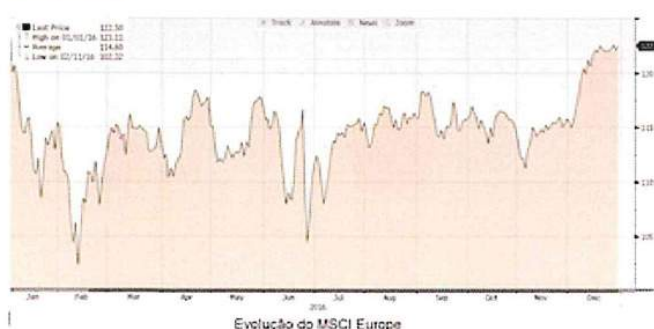
Em Portugal, o destaque foi para a instabilidade da dívida soberana devido à incerteza da aprovação do Orçamento.

No final do trimestre, verificou-se uma importante recuperação dos principais índices acionistas Mundiais, em linha com uma recuperação dos preços das matérias-primas.

Tal como era aguardado pelo mercado, o arrefecimento da actividade económica na zona Euro e a pressão deflacionista, obrigaram o BCE a aumentar o seu programa de compra de ativos para 80 mil milhões de Euros e a cortar novamente as principais taxas de referência.

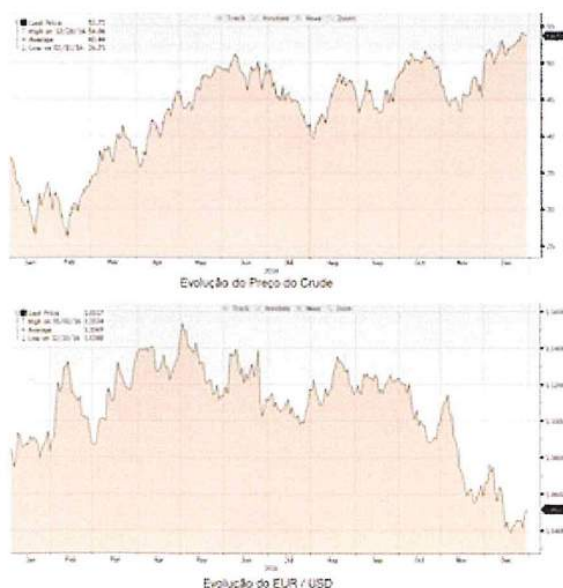
Como complemento, o BCE passou a incluir obrigações corporate aos ativos para compra, aliviando a dívida empresarial e diminuindo os spreads de crédito.

Apesar destas medidas, a depreciação do EUR face ao USD, esperada pelo mercado, acabou por não se verificar, devido ao adiamento sucessivo da subida de taxas de juro pela FED, devido a preocupação crescente com o ritmo económico Mundial e o abrandamento económico fora dos EUA. O realce do segundo Trimestre de 2016 foi, sobretudo, para a recuperação dos preços das matérias-primas, com particular destaque para o petróleo, que valorizou cerca de 20% logo em abril. Neste contexto, os setores de Recursos Naturais e Energia, lideraram os ganhos nos principais mercados desenvolvidos, assistindo-se a uma cautela acrescida por parte da FED no ritmo de subida de taxas de juro, a uma apreciação do USD e, consequentemente, das commodities e dos próprios mercados acionistas.



Por esta altura, os dados do mercado imobiliário e atividade terciária apontavam para uma retoma económica, enquanto os dados do emprego e atividade industrial demonstraram sinais fracos ou ténues de arranque na Economia dos USA. preço do crude.

O mês de junho acabou por se tornar no mês do Brexit. Ao contrário do que se esperava, o referendo de dia 23 acabou por ter uma maioria favorável à saída do UK da União Europeia. Perante a incerteza do que significará esta saída e qual o seu impacto sobre a economia, a generalidade dos índices acionistas europeus foram, inicialmente, fortemente castigados, tendo a vertente cambial um peso significativo nos movimentos.



Apesar da forte perda nos mercados acionistas, nas duas sessões pós-Brexit, a verdade é que o Footsie encerrou o mês 2,6% acima do nível de fecho do dia do referendo, enquanto os restantes índices europeus fecharam mais de 5% abaixo do fecho do dia da votação.

A Banca acabou por ser, nesta altura, o setor com maiores perdas, devido à exposição dos principais bancos europeus ao UK, banca italiana (pressionada pela reestruturação do setor), margens financeiras esmagadas e ambiente de baixas taxas de juro.

No mês de julho, logo no dia 1, foi então o mês do já referido evento de crédito na brasileira Oi.

Contra as expectativas, no arranque da segunda metade do ano, os mercados registaram um excelente desempenho, quer ao nível dos mercados acionistas, quer nos mercados obrigacionistas, onde as valorizações foram potenciadas pela continuada descida das taxas de juro, levando a dívida alemã a 10 anos, principal benchmark da zona euro, a novos recordes de taxas negativas.

Nos mercados cambiais, a estabilização do câmbio da Libra, bem como das outras principais moedas globais, permitiu também este fôlego dos mercados, que beneficiou a grande maioria das classes de ativos de risco, incluindo o High Yield e dívida emergente, que registaram fortes desempenhos. O dólar americano registou um máximo de quatro meses, contra as principais moedas globais.

Também a dívida corporate beneficiou largamente do renovado apetite pelo risco, bem como da sustentação do programa de compra de ativos do Banco Central Europeu.

Neste ambiente de quase euforia, os mercados ignoraram acontecimentos de inegável importância, como o falhado golpe de estado na Turquia, que poderá encerrar uma mudança de paradigma naquele país, ou os novos atentados em França, em mais um episódio de terrorismo.

Ao longo do ano, as políticas dos Bancos Centrais dominaram a direção dos investimentos, com o BCE a desiludir o mercado ao negar qualquer intenção de alargamento de prazo do QE no início do 4ºT, apesar da inflação da zona Euro teimar em permanecer baixa e longe dos seus objectivos, e a atividade industrial e de serviços mostrar sinais de abrandamento.

Em Portugal a notícia mais importante, dessa altura, acabou por ser o reitarer do rating da República por parte da DBRS, mantendo a nossa dívida em investment grade e consequentemente, elegível para o plano de compras do BCE e como colateral de financiamento.

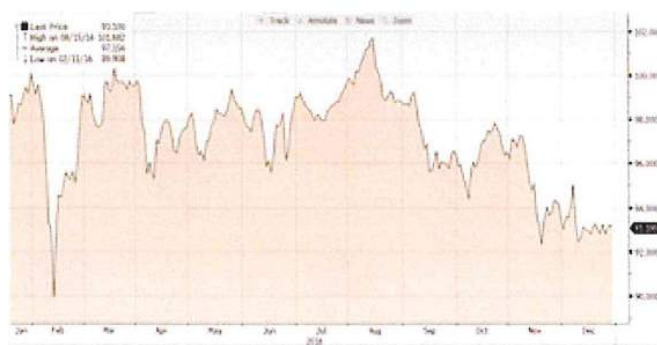
Novembro ficou marcado por uma elevada volatilidade nos mercados acionistas, com a maioria dos índices europeus a terminarem negativos, em claro contraste com a valorização dos índices de Wall Street.

A marcar o mês, estiveram as eleições para a Presidência dos EUA, com os índices americanos a negociarem em queda até às eleições e a inverterem de uma forma significativa com a vitória surpreendente de Trump.

Tal como era expectável, a FED subiu as taxas para o intervalo 0.5%-0.75% e na Europa, o BCE anunciou a extensão do programa de compra de ativos até ao final de 2017, com compras mensais de 80MM até março e 60MM para os restantes meses, perfazendo um total de 780MM € para o ano,

de forma a fortalecer a inflação.

A ajudar as principais praças Mundiais, estiveram ainda os bons dados macroeconómicos, com o mercado imobiliário a demonstrar uma robustez inesperada e uma aceleração da atividade



Evolução do preço da Dívida a 10 anos Portuguesa

do setor de serviços, na generalidade dos países desenvolvidos.

O ano terminou com uma escalada dos juros portugueses, com o spread a 10 anos a avançar para próximo de máximos do ano face aos 10 anos Alemães.

O final do ano, ficou essencialmente marcado por um fecho em alta para a maioria dos mercados Mundiais.

Desenvolvimento Comercial

O reforço da imagem institucional, independente e rigorosa da SGF, é o elemento a destacar no desenvolvimento da atividade comercial em 2016.

Efetivamente foi neste ano que se iniciou uma reformulação da oferta da SGF, com a criação de um novo Fundo de Pensões Aberto, Empresas Ações Dinâmico e um novo PPR SGF Stoik Ações.

Enquanto o primeiro veio completar a gama de Fundos de Pensões Empresas, com um perfil mais agressivo, o segundo, fruto de uma parceria estratégica com a Gobusiness Finance, aborda o mercado das ações de uma forma muito peculiar.

Quaisquer destes novos produtos, no final do seu primeiro ano de atividade apresentaram resultados positivos.

O mercado dos PPR e Fundos de Pensões, tem refletido efeitos contraditórios, já que, se por um lado, a consciencialização da problemática da reforma ganha cada vez mais sentido, por outro, a contínua redução do emprego em setores tão representativos como o da banca, por exemplo, tem provocado um movimento de transferência de património de fundos de pensões e também de reembolsos dos participantes nestes produtos.

A SGF está atenta a este fenómeno e acompanha de forma muito intensa este mercado, propondo soluções e participando ativamente no apoio aos particulares alvo destas situações.

A procura de soluções para a reforma por parte do mercado tem salientado cada vez mais a necessidade fundamental das sociedades que gerem estes patrimónios, tenham uma história sem mácula, uma verdadeira independência e ausência de conflitos de interesses.

A estratégia comercial da SGF em 2016 baseou-se no reforço destes princípios e sob a liderança de uma nova administração, encontrou um parceiro estratégico na gestão financeira, a Golden Assets, que comunga os mesmos ideais de independência e ausência de conflito de interesse.

Em 2016, foram dados passos fundamentais no reforço da posição da SGF no mercado dos Fundos de Pensões e PPR, através da reestruturação das suas áreas de gestão e comercial.

O reforço das parcerias estratégicas com mediadores e agentes também foi um objetivo da área comercial, dando origem ao aparecimento de novas oportunidades que se espera concretizar em 2017.

No mercado em que as taxas passivas são nulas, para não dizer negativas, poupar através dos PPR têm-se revelado compensador, abrindo assim oportunidades de utilização destes produtos num contexto anteriormente não salientado. Esta sensibilização feita através dos produtos SGF também foi uma atividade desenvolvida em 2016.

Ao nível das empresas, o desenvolvimento comercial em 2016 mereceu igualmente atenção, dado que o elemento responsabilidade social continua a manifestar-se embora de uma forma isolada e racional. Existem oportunidades a concretizar, tanto na fase de criação como de transferência total ou parcial de fundos de pensões já existentes.

A responsabilidade pela gestão da reforma está cada vez mais a transferir-se das entidades oficiais e patronais para as pessoas individualmente através das sociedades gestoras de fundos de pensões.

A SGF, com a experiência de 29 anos de atividade neste mercado, tem capacidade e pode representar um verdadeiro papel aglutinador dos interesses dos investidores e aforradores, de uma forma independente e rigorosa.

Apresenta-se de seguida a evolução, nos últimos 3 anos, da carteira gerida pela SGF.

Unidade: milhares de euros

SGF Garantido  Fundo de Pensões sgf garantido	2014	2015	2016	Variação 2015/2016	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
	4.159	5.081	5.673	592	11,6%

Unidade: milhares de euros

Património Reforma	2014	2015	2016	Variação 2015/2016	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
 conservador	7.634	7.410	5,092	-2,318	-31.3%
 prudente	5.879	5.422	5,016	-406	-7.5%
 equilibrado	3.529	3.313	2,900	-412	-12.4%
 acções	2.034	2.050	1,930	-119	-5.8%
Total	19.076	18.194	14,939	-3,256	-17.9%

Unidade: milhares de euros

SGF Acções Dinâmico	2014	2015	2016	Variação 2015/2016	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
 Fundo de Pensões sgf acções dinâmico	529	717	751	34	4.8%

Unidade: milhares de euros

SGF Stoik Acções	2014	2015	2016	Variação 2015/2016	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
 Fundo de Pensões sgf stoik acções	0	0	379	379	NA

No âmbito dos fundos abertos PPR regista-se a criação de um novo fundo de pensões o PPR SGF STOIK Acções destinado essencialmente a investidores com tolerância ao risco de mercado e com horizontes temporais de poupança alargados.

Globalmente a carteira de Fundos PPR apresenta uma quebra de 9%, motivada pela redução de carteira sofrida pelo PPR Património Reforma.

Unidade: milhares de euros

Empresas	2014	2015	2016	Variação 2015/2016	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
 empresas prudente	1,715	1,849	2,221	372	20.1%
 empresas equilibrado	2,961	2,847	2,792	-55	-1.9%
 empresas ações dinâmico	0	17	155	138	812.5%
 sgf square ações	1,721	2,076	2,107	32	1.5%
Total	6,397	6,789	7,275	486	7.2%

No cômputo dos fundos abertos de empresas registou-se o crescimento em 20.1% do FPA Empresas Prudente por via de uma transferência proveniente do Fundo de Pensões do Novo Banco na sequência de um acordo de cessação de trabalho. O FPA Empresas Ações Dinâmico apresentou um crescimento elevado em termos relativos (812,5%) que em termos absolutos representa um aumento de apenas 138 mil euros resultante em grande parte da transferência do Fundo de Pensões do Novo Banco referida em cima.

Em termos de fundos de pensões fechados, o valor dos ativos sob gestão passou de 37,4 milhões de euros em 2015 para 36 milhões de euros em 2016, o que representa um decréscimo de 3,5%, em grande parte devido ao pagamento de pensões e ou reembolsos mas também não será alheio à má performance de alguns fundos neste ano. O decréscimo a que se assiste no Fundo Solvay não é alheio ao processo de despedimento coletivo pelo qual passou aquele grupo em Portugal (acesso à reforma antecipada pelos colaboradores que respeitavam as condições previstas de acesso a esse benefício e transferência das contas correntes dos participantes com direitos adquiridos para outros fundos de pensões).

Unidade: milhares de euros

Fundos Fechados	2014	2015	2016	Variação 2015/2016	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
SCML	11,203	10,082	9,861	-221	-2.2%
CIN	6,155	5,937	5,894	-43	-0.7%
OREY	1,311	1,311	1,237	-74	-5.7%
CHAMUSCA	654	660	633	-26	-4.0%
SOLVAY	8,734	8,508	8,084	-424	-5.0%
AR LIQUIDO	1,431	1,451	1,452	2	0.1%
SNQTB	5,472	5,562	5,187	-375	-6.7%
ECM	1,438	1,455	1,374	-81	-5.5%
GROUPAMA	2,318	2,394	2,323	-71	-3.0%
Sub-total	38,716	37,359	36,046	-1,313	-3.5%
Fundos Abertos					
PPRs	23,764	23,993	21,742	-2,251	-9.4%
EMPRESAS	6,397	6,789	7,275	486	7.2%
Sub-total	30,161	30,781	29,017	-1,765	-5.7%
Total	68,877	68,140	65,063	-3,078	-4.5%

Unidade: milhares de euros

Considerando o total de ativos sob gestão, a SGF registou assim um decréscimo de 4,5% tendo passado de 68 milhões de euros em 2015 para 65 milhões de euros em 2016.

Rendibilidades

	2014	2015	2016	ÚLTIMOS 3 ANOS MÉDIA
FUNDOS FECHADOS				
SCML	3.88%	0.61%	0.84%	1.78%
CIN	3.40%	0.28%	-1.17%	0.84%
OREY	0.63%	1.98%	2.40%	1.67%
SOLVAY	3.80%	1.67%	-0.22%	1.75%
CHAMUSCA	3.78%	1.01%	-1.78%	1.00%
AR LIQUIDO	3.65%	2.51%	3.07%	3.08%
SNQTB	-1.01%	1.28%	-3.74%	-1.16%
GROUPAMA	3.56%	1.47%	2.51%	2.51%
ECM	0.00%	1.82%	-0.52%	0.43%

	2014	2015	2016	ÚLTIMOS 3 ANOS MÉDIA
FUNDO PPR GARANTIDO	2.15%	1.66%	0.75%	1.52%
PATRIMÓNIO REFORMA CONSERVADOR	2.04%	0.89%	-4.03%	-0.37%
PATRIMÓNIO REFORMA PRUDENTE	2.85%	-0.25%	-1.85%	0.25%
PATRIMÓNIO REFORMA EQUILIBRADO	0.89%	0.55%	-1.48%	-0.01%
PATRIMÓNIO REFORMA ACÇÕES	1.89%	1.95%	0.57%	1.47%
FUNDO PPR ACÇÕES DINÂMICO	3.03%	7.51%	0.61%	3.72%
FUNDO ABERTO SGF EMPRESAS EQUILIBRADO	0.00%	0.00%	7.35%	0.00%
FUNDO ABERTO SGF EMPRESAS PRUDENTE	-0.23%	-0.56%	-1.78%	-0.86%
FUNDO ABERTO SGF EMPRESAS ACÇÕES DINÂMICO	3.68%	0.42%	-1.81%	0.76%
FUNDO ABERTO SGF SQUARE ACCÇÕES	0.00%	0.00%	2.08%	0.69%

Em 2016, as rendibilidades de alguns dos fundos geridos pela SGF foram afetadas pelo facto de a Oi ter apresentado um pedido de proteção de credores, situação muito excecional, que originou no dia 1 de julho, que o ISDA, um organismo internacional, tivesse declarado que dado aquele pedido, estávamos perante um evento de crédito, o que à luz das normas contabilísticas internacionais, implicou que aquelas obrigações, que até então estavam valorizadas ao custo amortizado, tivessem de passar, obrigatoriamente, a ser valorizadas ao justo valor.

Esta alteração do critério de valorização das obrigações Oi (Ex-PT) levou que os fundos portadores daqueles títulos registassem, em 1 de julho, perdas potenciais muito significativas e que não foram recuperadas na totalidade até ao final do ano de 2016.

Área Administrativa e Atuarial

No que respeita ao enquadramento regulamentar da atividade da SGF não houve publicações a salientar.

O valor dos fundos de pensões sob gestão em Portugal ascendeu a 18,4 mil milhões de euros, o que traduz um aumento de 1,2% face ao final de 2015, segundo dados publicados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Em 2016 observámos uma menor disponibilidade financeira por parte de alguns dos nossos associados dos fundos no normal cumprimento dos planos de financiamento das responsabilidades inerentes aos respetivos fundos de pensões, facto que atribuímos à situação financeira vivida pelas empresas portuguesas, que se encontram pressionadas por necessidades de liquidez.

Ao nível do ranking das gestoras a SGF termina o ano na 11.^a (penúltima) posição. Continua a verificar-se uma forte concentração dos fundos de pensões nas 7 principais gestoras, que continuam a representar 95,3% do total dos fundos geridos, sendo que uma grande parte desses fundos de pensões pertence aos respetivos grupos.

Resultados

Unidade:
euros

Resultados	2016	2015	Variação
Serviços prestados	632.798	665.392	-32.594
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e emp.conjuntos	-36.168	2.389	-38.557
Fornecimentos e serviços externos	-240.036	-271.558	31.522
Gastos com o pessoal	-450.036	-458.639	8.603
Provisões (aumentos/reduções)	2.741	5.122	-2.381
Imparidade de dividas a receber (perdas / reversões)	-345	0	-345
Aumentos/ reduções de justo valor	-2.997	-2.073	-925
Outros rendimentos e ganhos	47.685	132.091	-84.406
Outros gastos e perdas	-208.273	-56.095	-152.178
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	-16.714	-19.454	2.740
Resultado operacional	-271.345	-2.824	-268.521
Resultados antes de impostos	-271.345	-2.824	-268.521
Imposto sobre o rendimento do período	-13.188	-15.885	2.697
Resultado líquido do período	-284.533	-18.709	-265.824

Para a evolução negativa dos resultados, contribuíram principalmente os resultados da gestão da carteira própria, o aumento de outros gastos e perdas pela prestação de garantia do FP PPR SGF Garantido.

As variações que contribuíram positivamente para a variação dos resultados foram:

- diminuição dos fornecimentos e serviços externos;
- diminuição dos gastos com o pessoal;
- diminuição dos gastos de depreciação e amortização.

As variações que contribuíram negativamente para a variação dos resultados foram:

- diminuição das comissões de gestão;
- aumento de perdas imputadas a subsidiárias - valor de liquidação;
- variação do justo valor;
- diminuição de outros rendimentos e ganhos;
- aumento de outros gastos e perdas.

Margem de Solvência

	2016	2015	Variação
Margem a Constituir	800.000	800.000	---
Elementos de Cobertura	871.300	1.154.761	-283.461
Excedente de Cobertura	71.300	354.761	-283.461
Taxa de Cobertura	108,91%	144,35%	-35,44%

A diminuição da taxa de cobertura da Margem de Solvência está relacionada com o Resultado Líquido do exercício que foi negativo, continuando, no entanto, acima da margem mínima exigida pela entidade de supervisão.

Aplicação de Resultados

Atendendo ao facto dos resultados líquidos serem negativos, propõe-se a seguinte aplicação dos resultados:

- Para Resultados Transitados: -284.532,58 euros, cuja conta passará a apresentar um saldo devedor de 743.483,08 euros.

Perspetivas futuras

A SGF foi alvo de uma profunda reestruturação em 2016. A mudança de Administração, a racionalização de custos e a parceria estabelecida com a Golden Assets na Gestão de Ativos permitem-nos agora ter uma perspetiva mais positiva do futuro, não obstante os resultados ainda serem negativos.

A redução de custos (nomeadamente em FST e custos com pessoal) já se refletiu nos últimos meses de 2016 mas terá, evidentemente, um maior impacto em 2017. Por outro lado, a parceria com a Golden Assets já começou a repercutir -se nas rendibilidades dos fundos. Considerada a maior sociedade gestora de patrimónios independente nacional, a Golden Assets acompanha um total de mil milhões de euros em ativos, tendo recebido em 2015 o prémio pelo melhor aconselhamento financeiro em Portugal atribuído pela Capital Finance International.

No seguimento desta parceria, as carteiras dos Fundos de Pensões e PPRs foram totalmente reestruturadas. Deixou de se investir em títulos diretos, passando a investir-se apenas em Fundos de Investimento, o que reduziu drasticamente o nível de risco nas carteiras. A nova política de investimento, que continua a respeitar os perfis de risco de cada fundo, tem agora uma perspetiva de mais longo prazo e uma gestão prudente, pautada pelo rigor, transparência e segurança. Os

resultados desta parceria são já visíveis, posicionando os fundos da SGF entre os mais rentáveis do mercado à data de 17 de março de 2017 (YTD) de acordo com os rankings da APFIPP, conforme tabela resumo:

RENDIBILIDADES LÍQUIDAS DE COMISSÃO DE GESTÃO

FUNDOS DE PENSÕES ABERTOS	Rendibilidade (%)	Ranking
Indicador Sintético de Risco e Remuneração - NÍVEL 3		Total de fundos do mercado: 13
F.P. Aberto SGF Empresas Equilibrado	1,91	1º
F.P. Aberto SGF Square Ações	1,47	2º
F.P. Aberto SGF Empresas Prudente	0,71	6º
Indicador Sintético de Risco e Remuneração - NÍVEL 4		Total de fundos do mercado: 12
F.P. Aberto SGF Empresas A. Dinâmico	1,63	7º
FUNDOS POUPANÇA REFORMA	Rendibilidade (%)	Ranking
Indicador Sintético de Risco e Remuneração - NÍVEL 3		Total de fundos do mercado: 16
F.P. PPR Património Reforma Prudente	1,18	1º
F.P. PPR Património Reforma Conservador	0,44	7º
F.P. PPR SGF Garantido	0,13	11º
Indicador Sintético de Risco e Remuneração - NÍVEL 4		Total de fundos do mercado: 19
F.P. PPR Património Reforma Acções	3,02	1º
F.P. PPR Património Reforma Equilibrado	2,04	6º
F.P. PPR SGF Acções Dinâmico	1,97	8º
F.P. PPR SGF STOIK Ações	0,08	17º

Também a equipa comercial foi reforçada, contando agora com mais um elemento, e os contactos comerciais têm-se multiplicado. Esperamos começar a ver, a curto prazo, resultados deste esforço comercial acrescido.

As alterações implementadas em 2016 e o esforço comercial renovado, aliados aos resultados positivos a nível de gestão de ativos começam já a dar os seus frutos, pelo que as perspetivas para a SGF são agora muito mais favoráveis do que há um ano atrás.

Considerações Finais

Após o termo do exercício, e até à presente data, não ocorreu nenhum facto relevante que altere a situação patrimonial da Sociedade.

Ao abrigo do Decreto-Lei 411/91 de 17 de Outubro, informa-se que à data de 31 de Dezembro de 2016 não existia qualquer dívida para com a Segurança Social.

Conclusão/Agradecimentos

O Conselho de Administração da SGF vem expressar os seus sinceros agradecimentos:

- Aos clientes pela confiança que mantêm no seu gestor de reformas;
- Aos parceiros de negócio pela colaboração prestada no presente exercício;
- Aos membros da Mesa da Assembleia-geral pelo apoio e solidariedade institucional sempre demonstrada;
- Ao Revisor Oficial de Contas e Conselho Fiscal pelo inestimável apoio prestado e pela confiança demonstrada;
- À ASF, à CMVM e à APFIPP pelo apoio e pelo excelente relacionamento institucional existente;
- Aos nossos Auditores pelo apoio e confiança demonstrados;
- Aos fornecedores e aos prestadores de serviços externos;
- A todos os nossos colaboradores atuais e também aos que deixaram a empresa em 2016 e já em 2017, pelo empenho e pela dedicação à SGF;

O nosso último agradecimento vai para os Senhores Acionistas pela confiança demonstrada na equipa SGF, a qual tem permitido que mantenhamos a estabilidade necessária e indispensável à prossecução dos objetivos da nossa empresa.

Lisboa, 29 de março de 2017

O Conselho de Administração

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Em conformidade com o nº 4 do Art. 448º do Código das Sociedades Comerciais

Titulares detentores de, pelo menos, metade do capital social

SINDICATO NACIONAL DOS QUADROS E TÉCNICOS BANCÁRIOS: 67.716%

Titulares detentores de, pelo menos, um décimo do capital social

GROUPAMA SA: 19,316%

SINDICATO DOS PILOTOS DA AVIAÇÃO CIVIL: 11.2050%

Lisboa, 29 de março de 2017

O Conselho de Administração

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

DECLARAÇÃO SOBRE POLITICA DE REMUNERAÇÕES

Em conformidade com a Norma Regulamentar N.º 5/2010 da ASF

A Política de Remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização e dos colaboradores da SGF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA obedece aos seguintes princípios:

- 1) As regras genéricas e fundamentais da política de remuneração são fixadas pela *Assembleia Geral* e aplicadas às situações concretas pelo *Conselho de Administração*, não havendo recurso nestas matérias a consultores externos.
- 2) A remuneração dos membros do órgão de administração obedece aos seguintes princípios:
 - a) Apenas têm direito a remuneração a Administração Executiva da Sociedade;
 - b) A remuneração da Administração Executiva tem apenas uma componente fixa paga mensalmente;
 - c) A remuneração da Administração Executiva é revista anualmente pelo Conselho de Administração;
 - d) No termo das suas funções a Administração Executiva tem o direito de receber a remuneração mensal até ao dia do termo das funções;
 - e) A SGF não procedeu durante o ano de 2016 ao pagamento de quaisquer indemnizações, nem as mesmas se mostraram devidas, a ex-membros do órgão de administração;
 - f) Não existe qualquer disposição contratual ou outra relativa a compensações a pagar por destituição sem justa causa de administradores;
 - g) Os restantes membros do órgão de administração auferem senhas de presença em função das reuniões assistidas.
- 3) A remuneração do Conselho Fiscal é auferida por senhas de presença em função das reuniões assistidas.
- 4) A remuneração dos colaboradores da SGF é regulada pela Lei Geral do Trabalho e obedece aos seguintes princípios:
 - a) A remuneração dos colaboradores tem apenas uma componente fixa paga mensalmente e em dobro nos meses de Junho e Novembro correspondente aos subsídios de férias e

Natal, com exceção do responsável comercial que auferе também uma remuneração variável;

- b) A remuneração dos colaboradores é revista anualmente pelo Conselho de Administração;
- c) Os colaboradores ao serviço da SGF têm direito a um plano de pensões de contribuição definida que visa assegurar o pagamento, em caso de reforma por velhice, reforma por invalidez ou morte, de prestações complementares ao regime de segurança social. Este plano de pensões prevê ainda a atribuição de 100% de direitos adquiridos sobre o valor acumulado à data em caso de cessação do contrato de trabalho;
- d) Não existem colaboradores que cumulativamente tenham acesso regular a informação privilegiada, participem nas deliberações sobre gestão e estratégia negocial da SGF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA e desenvolvam uma atividade profissional com impacto material no perfil de risco da instituição.

Lisboa, 29 de março de 2017

O Conselho de Administração

SGF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2016

Índice das Demonstrações Financeiras

Balanço	1
Demonstração dos resultados por natureza	2
Demonstração das alterações no capital próprio	3
Demonstração de fluxos de caixa	4
Anexo às demonstrações financeiras.....	5
1 INTRODUÇÃO	5
2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	6
4 FLUXOS DE CAIXA.....	11
5 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÕES DE ERROS	11
6 PARTES RELACIONADAS	12
7 ATIVO FIXO TANGÍVEL.....	13
8 ATIVO INTANGÍVEL	14
9 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	15
10 ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	15
11 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	16
12 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO.....	17
13 CLIENTES	18
14 OUTRAS CRÉDITOS A RECEBER.....	18
15 DIFERIMENTOS ATIVOS	19
16 CAPITAL PRÓPRIO.....	19
17 RESERVAS LEGAIS	20
18 OUTRAS RESRVAS.....	20
19 AJUSTAMENTOS/OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	20
20 RESULTADOS TRANSITADOS	20
21 PROVISÕES	21
22 FORNECEDORES	21
23 ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS	22
24 OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR.....	22
25 RÉDITO	23
26 FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS	23
27 GASTOS COM O PESSOAL	24
28 AUMENTOS/REDUÇÃO DE JUSTO VALOR	24
29 OUTROS RENDIMENTOS.....	24
30 OUTROS GASTOS	25
31 EVENTOS SUBSEQUENTES	25
32 INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	25

Balanço em 31 de dezembro de 2016**(Euros)**

		31 de Dezembro	
	Nota	2016	2015
Activo			
Não corrente			
Activo fixos tangíveis	7	53.136,79	68.779,05
Activos intangíveis	8	587,02	1.658,74
Part. Financeiras -método de equivalência patrimonial	9	-	391.114,45
Activos por impostos diferidos	12	-	465,91
Total activo não corrente		53.723,81	489.350,87
Corrente			
Clientes	13	149.488,36	108.909,42
Estado e outros entes públicos	23	1.798,01	1.189,36
Outros créditos a receber	14	23.608,14	8.254,60
Diferimentos	15	20.419,49	22.444,61
Activos financeiros detidos para negociação	10	350.441,74	30.709,35
Outras activos financeiros	11	172.691,84	227.332,71
Caixa e depósitos bancários	4	363.549,70	438.105,94
Total activo corrente		1.081.997,28	809.613,27
Total do activo		1.135.721,09	1.298.964,14
Capital próprio e Passivo			
Capital próprio			
Capital subscrito	16	1.500.000,00	1.500.000,00
Reservas legais	17	99.403,66	99.403,66
Outras reservas	18	15.966,59	15.966,59
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	19	-	63.108,46
Resultados transitados	20	(458.950,50)	(503.350,17)
		1.156.419,75	1.175.128,54
Resultado líquido do período		(284.532,58)	(18.708,79)
Total do capital próprio		871.887,17	1.156.419,75
Passivo			
Não corrente			
Provisões	21	-	2.740,73
		-	2.740,73
Corrente			
Fornecedores	22	7.840,47	10.478,21
Estado e outros entes públicos	23	24.055,45	23.206,84
Outras dividas a pagar	24	231.938,00	106.118,61
		263.833,92	139.803,66
Total do passivo		263.833,92	142.544,39
Total do capital próprio e do passivo		1.135.721,09	1.298.964,14

O Conselho de Administração

Contabilista Certificada

Demonstração dos Resultados por Natureza**Período findo em 31 de dezembro de 2016**

		(Euros)	
		Exercício	
	Nota	2016	2015
Vendas e serviços prestados	25	632.798,12	665.392,49
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e emp.conjuntos	9	(36.167,97)	2.388,91
Fornecimentos e serviços externos	26	(240.035,56)	(271.557,71)
Gastos com o pessoal	27	(450.035,60)	(458.638,56)
Provisões (aumentos/reduções)	21	2.740,73	5.121,58
Aumentos/ reduções de justo valor	28	(2.997,38)	(2.072,54)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)		(345,22)	-
Outros rendimentos	29	47.685,17	132.090,76
Outros gastos	30	(208.273,07)	(56.094,70)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(254.630,78)	16.630,23
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	7/8	(16.713,94)	(19.454,38)
		(16.713,94)	(19.454,38)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(271.344,72)	(2.824,15)
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados		-	-
Resultados antes de impostos		(271.344,72)	(2.824,15)
Imposto sobre o rendimento do período	12	(13.187,86)	(15.884,64)
Resultado líquido do período		(284.532,58)	(18.708,79)

O Conselho de Administração

Contabilista Certificada

Demonstração das alterações no capital próprio

(Euros)

	Atribuível aos accionistas					Resultado líquido do período	Total do capital próprio
	Capital subscrito	Reservas Legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamento/outras variações no capital próprio		
Posição a 1 de Janeiro de 2015	1.500.000,00	99.403,66	15.966,59	(458.165,26)	80.012,45	(62.088,90)	1.175.128,54
Alterações no período							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	(45.184,91)	(16.903,99)	62.088,90	-
	-	-	-	(45.184,91)	(16.903,99)	62.088,90	-
Resultado líquido do período						(18.708,79)	(18.708,79)
Resultado integral	-	-	-			43.380,11	(18.708,79)
Operações com detentores de capital no período							
Realizações de capital	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-
Posição a 31 de Dezembro de 2015	<u>1.500.000,00</u>	<u>99.403,66</u>	<u>15.966,59</u>	<u>(503.350,17)</u>	<u>63.108,46</u>	<u>(18.708,79)</u>	<u>1.156.419,75</u>
Alterações no período							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	44.399,67	(63.108,46)	18.708,79	-
Aplicação de resultados	-	-	-	44.399,67	(63.108,46)	18.708,79	-
Resultado líquido do período						(284.532,58)	(284.532,58)
Resultado integral	-	-	-			(265.823,79)	(284.532,58)
Operações com detentores de capital no período							
	-	-	-	-	-	-	-
Posição a 31 de Dezembro de 2016	<u>1.500.000,00</u>	<u>99.403,66</u>	<u>15.966,59</u>	<u>(458.950,50)</u>	<u>-</u>	<u>(284.532,58)</u>	<u>871.887,17</u>

O Conselho de Administração

Contabilista Certificada

Demonstração de fluxos de caixa
Período findo em 31 de dezembro de 2016

(Euros)

	Notas	Dezembro	
		2016	2015
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		592.187,43	641.089,65
Pagamentos a fornecedores		(242.559,38)	(221.871,92)
Pagamentos ao pessoal		(409.509,45)	(460.339,56)
Caixa gerada pelas operações		(59.881,40)	(41.121,83)
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(17.030,37)	(15.143,41)
Outros recebimentos/ pagamentos		332.192,21	235.570,16
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais		255.280,44	179.304,92
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-	(6.787,27)
Ativos intangíveis		-	(2.735,52)
Investimentos Financeiros		(350.000,00)	(200.000,00)
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		18.506,68	115.391,53
Dividendos		1.656,64	632,10
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		(329.836,68)	(93.499,16)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos e similares		-	-
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes		(74.556,24)	85.805,76
Efeitos das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		438.105,94	352.300,18
Caixa e seus equivalentes no fim do período		363.549,70	438.105,94
Detalhe da Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa		1.000,00	1.000,00
Descobertos bancários		-	-
Depósitos bancários		362.549,70	437.105,94
Outras aplicações de tesouraria		-	-
	4	363.549,70	438.105,94

O Conselho de Administração

Contabilista Certificada

Anexo

1 Introdução

A empresa SGF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA é uma sociedade anónima, constituída em 29/2/1988 e tem a sua sede social na Rua Laura Alves, 12 - 2º Dtº, em Lisboa. A sociedade desenvolve a sua atividade como gestora de fundos de pensões, sendo a sua carteira em 31 de Dezembro de 2016 constituída por nove fundos fechados, quatro fundos abertos e por sete fundos representados por Planos de Poupança Reforma (PPR).

Os valores dos ativos sob gestão em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 dos referidos fundos, são os seguintes (milhares de euros):

	2016	2015
Fundos fechados	36.046	37.359
Fundos abertos	7.275	6.789
Fundos representados por PPR	21.742	23.993
	<u>65.063</u>	<u>68.140</u>

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada no ambiente económico em que a sociedade opera.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião de 29 de março de 2017. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia-geral de acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração é de opinião que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de Junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício

findo em 31 de Dezembro de 2016.

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas, segundo o princípio do custo histórico e no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da sociedade, de acordo com as NCRF.

3.2 Outros instrumentos financeiros

Por definição um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade. Esta definição abarca um vasto conjunto de rubricas, mas neste ponto vamos exclusivamente considerar, no que respeita à sociedade, as seguintes espécies: instrumentos financeiros detidos para negociação (ações e obrigações cotadas em mercado regulamentado), investimentos financeiros em fundos de investimento imobiliário cotados em mercado regulamentado e investimentos financeiros detidos até à maturidade.

Os instrumentos financeiros detidos para negociação são registados, inicialmente, pelo respetivo custo de aquisição, não se colocando a necessidade da mensuração em momento subsequente à compra dado que, normalmente, permanecem na sociedade durante um período muito curto, entre as datas de compra e de venda. No entanto, se esta classe de ativos existir em carteira à data de relato, os mesmos são mensurados ao justo valor, sendo a diferença encontrada reconhecida em resultados. O justo valor é o valor da cotação do ativo financeiro, num mercado regulamentado, à data de relato.

Os investimentos financeiros em fundos de investimento imobiliário são registados, inicialmente, pelo respetivo custo de aquisição e, subsequentemente, mensurados ao justo valor em cada data de relato, sendo a diferença encontrada reconhecida em resultados. O justo valor é o valor da cotação do ativo financeiro, num mercado regulamentado, à data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas. Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminuir e tal diminuição puder ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

3.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em regime de duodécimos, e em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Nos termos do parágrafo 44 da estrutura conceptual do SNC, e tendo em consideração o balanceamento entre o benefício e o custo da informação, a empresa optou por amortizar no próprio exercício os bens de reduzido valor. Ou seja, os elementos do ativo sujeitos a deperecimento, cujos custos unitários de aquisição ou de produção não ultrapassem 1.000 €, são totalmente depreciados ou amortizados num só período de tributação, exceto quando façam parte integrante de um conjunto de elementos que deva ser depreciado ou amortizado como um todo. As obras em instalações alheias vão ser depreciadas pelo período do contrato de arrendamento.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos de vida útil</u>
Equipamento administrativo	8-10
Equipamento informático	4
Obras em instalações alheias	5

No âmbito do ativo fixo tangível considera-se que os artigos de decoração e obras de arte não são suscetíveis de depreciação.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido das amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em regime de duodécimos, e em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos de vida útil</u>
Programas de computador	3-5

3.5 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Considerando as características do ativo fixo tangível e intangível e o seu pequeno significado, não se justifica efetuar a análise com o objetivo de reconhecimento de eventuais perdas por imparidade.

3.6 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis; porém, tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se

revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Pelas diferenças temporárias derivadas da aplicação do método da equivalência patrimonial ao investimento financeiro na subsidiária, não se estão a constituir ativos ou passivos por impostos diferidos, por se verificarem as exceções previstas nos parágrafos 36 e 41 da NCRF 25 ao princípio do reconhecimento dos passivos e ativos por impostos diferidos atrás expresso.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato. A taxa de derrama não foi considerada para efeitos de cálculo dos impostos diferidos.

3.7 Clientes e outros créditos a receber

As contas acima não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.8 Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando se verifiquem as seguintes condições cumulativas: a sociedade tenha uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, ser provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

A provisão que se encontra constituída corresponde ao valor presente da obrigação assumida pela sociedade, em garantir em alguns produtos da gama PPR, uma determinada taxa de valorização. A mensuração em cada ano é efetuada pelo valor descontado da diferença entre o valor do compromisso e o valor estimado da valorização dessas unidades de participação, tendo em conta uma taxa de juro conservadora, repartida pelo número médio de anos do vencimento da obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.9 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. Relativamente a esta sociedade, o rédito pode ser proveniente da prestação de serviços, de juros e de dividendos.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento do serviço à data de relato, desde que o respetivo montante possa ser mensurado com fiabilidade e ser provável que os benefícios económicos futuros a ele associados fluam para a sociedade. Foram reconhecidos em resultados os seguintes tipos de prestações de serviços:

- Comissões de subscrição, comissões de gestão e comissões de reembolso, auferidas pelos serviços prestados aos fundos, na qualidade de sociedade gestora;
- Remuneração pelo apoio na gestão de fundos de pensões, cujas sociedades gestoras são terceiros.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja possível que benefícios económicos fluam para a sociedade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito de dividendos é reconhecido quando é estabelecido o direito da sociedade receber o correspondente montante.

3.10 Juízos de valor e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data da aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data da aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das

demonstrações financeiras, serão corrigidas de forma prospetiva. Por esse motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão, poderão diferir das correspondentes estimativas.

3.11 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 Fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica Caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Estão incluídos na rubrica “outros recebimentos/pagamentos”, os fluxos de caixa provenientes das compras e vendas dos ativos financeiros, relatados numa base líquida por a sua rotação ser rápida.

Apresenta-se, seguidamente, o detalhe da rubrica em questão:

	2016	2015
Numerário		
- Caixa	1.000,00	1.000,00
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	362.549,70	437.105,94
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	363.549,70	438.105,94

5 Alterações de políticas contabilísticas e correções de erros

Para além do que se descreve nos parágrafos seguintes, não se verificaram outras alterações de políticas contabilísticas relativamente ao ano anterior, não foram efetuadas alterações em estimativas contabilísticas relevantes e não se procederam a correções de erros materiais de exercícios anteriores.

6 Partes relacionadas

6.1. Relacionamentos com empresas-mãe

Considerando a atual distribuição do capital, existe um acionista desta Sociedade que, por si só, detém o controlo ou seja o poder de gerir as suas políticas financeiras e operacionais. O capital encontra-se distribuído por quatro acionistas, um dos quais detém 67,72% do mesmo.

A sociedade detinha uma participação de 100% na subsidiária SGF - Estudos e Mediação de Seguros, Lda, a mesma foi liquidada em outubro de 2016.

6.2. Remunerações do pessoal-chave de gestão e de fiscalização

A gestão da sociedade pertence ao Conselho de Administração, que era constituído em 31 de dezembro de 2016 por sete administradores. Os administradores executivos auferem uma remuneração fixa mensal (doze vezes ao ano) e os restantes são remunerados através de senhas de presença.

Os gastos com remunerações e outros benefícios de curto prazo do pessoal-chave de gestão, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, são os seguintes:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Remunerações	39.482,96	57.400,15
Senhas de presença	6.750,00	4.800,00
	<u>46.232,96</u>	<u>62.200,15</u>

O Conselho Fiscal é constituído por três membros e auferem através de senhas de presença.

6.3. Transações entre partes relacionadas

Em 2016 existem transações com partes relacionadas:

- SNQTB - 67,67. Trata-se de uma prestação de serviços,
- MIS - 6.240,28. Trata-se de uma mediadora que é detida a 100% pelo SNQTB (acionista que tem o controlo desta sociedade)

7 Ativo fixo tangível

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Descrição	2016		
	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos fixos tangíveis			
Quantia bruta escriturada inicial	90.556,70	49.519,17	140.075,87
Depreciações acumuladas iniciais	(59.542,50)	(11.754,32)	(71.296,82)
Perda por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-
Aquisições	-	-	-
Depreciações do exercício	(7.177,87)	(8.464,39)	(15.642,26)
Perda por imparidade do exercício	-	-	-
Alienações	-	-	-
Abate no imobilizado	-	-	-
Abate no imobilizado -depreciações	-	-	-
Saldo final líquido	23.836,33	29.300,46	53.136,79

Descrição	2015		
	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos fixos tangíveis			
Quantia bruta escriturada inicial	87.567,84	45.720,76	133.288,60
Depreciações acumuladas iniciais	(50.086,85)	(3.289,93)	(53.376,78)
Perda por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-
Aquisições	2.988,86	3.798,41	6.787,27
Depreciações do exercício	(9.455,65)	(8.464,39)	(17.920,04)
Perda por imparidade do exercício	-	-	-
Alienações	-	-	-
Abate no imobilizado	-	-	-
Abate no imobilizado -depreciações	-	-	-
Saldo final líquido	31.014,20	37.764,85	68.779,05

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas

úteis estimadas, conforme divulgação na nota 3.4. As depreciações do exercício, no montante de €15.642,26 (€17.920,04 em 2015), foram registadas na rubrica de Gastos de depreciação e amortização. As aquisições de outros ativos fixos, estão relacionados com obras efetuadas no escritório da rua Laura Alves. As depreciações serão efetuadas no prazo de cinco anos, que é a duração do contrato.

Não se verificaram abates no ativo tangível no ano de 2016.

Não existem ativos fixos tangíveis com perdas de imparidade.

8 Ativo intangível

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Descrição	2016	
	Programas computador	Total
Ativos intangíveis		
Quantia bruta escriturada inicial	107.946,32	107.946,32
Depreciações acumuladas iniciais	(106.287,58)	(106.287,58)
Depreciações do exercício	(1.071,68)	(1.071,68)
Saldo final líquido	587,06	587,06

Descrição	2015	
	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos intangíveis		
Quantia bruta escriturada inicial	107.664,65	107.664,65
Depreciações acumuladas iniciais	(104.753,24)	(104.753,24)
Aquisições	281,67	281,67
Depreciações do exercício	(1.534,34)	(1.534,34)
Saldo final líquido	1.658,74	1.658,74

Os ativos intangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, conforme divulgação na nota 3.5. As amortizações do exercício, no montante de €1.071,68 (€1.534,34 em 2015), foram registadas na rubrica de Gastos de depreciação e amortização.

Não se verificaram abates no ativo intangível no ano de 2016.

Não existem ativos intangíveis com perdas de imparidade.

9 Participações financeiras

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 o movimento ocorrido nas rubricas “Participações financeiras”, foi o seguinte:

	2016	2015
Saldo no início do ano	391.114,45	388.725,54
Outros movimentos nas participações	(391.114,45)	2.388,91
Saldo no final do ano	-	391.114,45

Em 2016 o montante das “Outros movimentos nas participações” foi de valor negativo, a SGF-Estudos e Mediação de Seguros, Lda foi liquidada em outubro de 2016, tendo sido apurado um resultado negativo de liquidação de €36.167,97.

10 Ativos financeiros detidos para negociação

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 o movimento ocorrido nas rubricas “Ativos financeiros detidos para negociação”, foi o seguinte:

Métodos de mensuração 31-12-2016			
	Justo Valor	Custo amortizado	Total
Saldo inicial	30.709,35	-	30.709,35
Aquisições	4.902.422,35	-	4.902.422,35
Alienações	(4.567.330,48)	-	(4.567.330,48)
Outras variações	(15.359,48)	-	(15.359,48)
	350.441,74	-	350.441,74

Métodos de mensuração 31-12-2015			
	Justo Valor	Custo	Total
Saldo inicial	100.515,02	-	100.515,02
Aquisições	5.456.997,95	-	5.456.997,95
Alienações	(5.543.554,96)	-	(5.543.554,96)
Outras variações	16.751,34	-	16.751,34
	30.709,35	-	30.709,35

11 Outros ativos financeiros

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015 o movimento ocorrido nas rubricas “Outros ativos financeiros”, foi o seguinte:

Métodos de mensuração 31-12-2016			
	Justo Valor	Custo amortizado	Total
Saldo inicial	227.332,71	-	227.332,71
Aquisições	150.000,00	-	150.000,00
Alienações	(202.287,08)	-	(202.287,08)
Outras variações	(2.353,80)	-	(2.353,80)
	172.691,83	-	172.691,83

Métodos de mensuração 31-12-2015			
	Justo Valor	Custo	Total
Saldo inicial	185.429,90	-	185.429,90
Aquisições	1.899.302,15	-	1.899.302,15
Alienações	(1.853.947,92)	-	(1.853.947,92)
Outras variações	(3.451,42)	-	(3.451,42)
	227.332,71	-	227.332,71

Os valores apresentados como “Outras variações” dizem respeito à mensuração do justo valor nos fundos de investimento imobiliário e obrigações.

A decomposição dos saldos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015, entre ativo corrente e ativo não corrente é a seguinte:

	2016	2015
Ativo não corrente		
Unidade de participação	-	27.332,72
Ativo corrente		
Papel comercial	172.691,84	199.999,99
Total	172.691,84	227.332,71

12 Imposto sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. A administração da sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões ou inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo sobre as demonstrações financeiras.

A taxa de imposto sobre o rendimento em vigor nas pequenas e médias empresas, que incide sobre a matéria coletável, é de 17% para os primeiros €15.000,00 de lucro tributável e de 23% para a matéria coletável remanescente. Sobre a matéria coletável incide ainda a derrama que tem vindo a ser fixada em 1,5%. Adicionalmente, há ainda a considerar a tributação autónoma sobre algumas classes de gastos.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015, tem o seguinte detalhe:

	2016	2015
Resultado líquido antes de impostos	(271.344,72)	(2.824,15)
Variações patrimoniais Decreto-Lei 159/2009	-	-
Otras variações patrimoniais	-	-
Soma	(271.344,72)	(2.824,15)
Correções relativas ao exercícios anteriores	424,58	561,86
Diferenças permanentes	(113.766,68)	(107.121,55)
Diferenças temporais	-	-
Prejuízos fiscais reportáveis	(384.686,82)	(109.383,84)
Matéria Colectável		
Tributações autónomas	12.721,95	15.013,97
Imposto corrente	12.721,95	15.013,97
Imposto diferido	465,91	870,67
Gasto com o imposto sobre o rendimento	13.187,86	15.884,64

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme se segue:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	2016	2015	2016	2015
Outras diferenças temporárias	-	465,91	-	-
	-	465,91	-	-

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, tem o seguinte detalhe:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	2016	2015	2016	2015
Saldo inicial	465,91	1.336,58		
Efeitos em resultados:				
Reforço Prov. Garantias a clientes	-	-		
Reversão de Prov. Garantias a clientes	(465,91)	(199,46)		
Ajustamentos Decreto-Lei 159/2009	-	-		
Garantias atribuídas do período		(671,21)		
	-	465,91	-	-

13 Clientes

A decomposição do valor relatado nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, é a seguinte:

	2016	2015
Fundos de pensões	149.488,36	108.909,42
	149.488,36	108.909,42

O saldo de clientes é constituído pelas comissões de gestão e administrativas cobradas aos fundos que a SGF gere e que serão recebidos em 2017.

14 Outros créditos a receber

A decomposição do valor relatado nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, é a seguinte:

	2016	2015
	Ativo Corrente	Ativo Corrente
Juros decorridos(acrécimo de rendimentos)	15.011,86	841,78
Mediadores	345,22	345,22
Comissão de Gestão	1.496,90	3.814,41
Outros devedores	(i) 6.754,16	3.253,19
Outros créditos a receber	23.608,14	8.254,60

(i) Em 2016, a rubrica de outros devedores está contemplado o valor de €1.431,90 que diz respeito a adiantamentos ao pessoal e €3.027,18 que diz respeito ao pedido de reembolso do PEC e do IVA da SGF - Estudos e Mediação de Seguros, Lda. Em 2015 a rubrica de outros devedores está contemplado o valor de €653,19 que diz respeito a adiantamentos ao pessoal.

15 Diferimentos ativos

Em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015, as rubricas do ativo corrente “Diferimentos”, apresentam a seguinte composição:

	2016	2015
Diferimentos ativos		
Rendas de imóveis	2.604,15	2.600,00
Seguros	13.064,11	13.442,45
Outros gastos diferidos	4.751,23	6.402,16
Gastos a reconhecer	20.419,49	22.444,61

16 Capital subscrito

O capital subscrito encontra-se totalmente realizado e é constituído por 300.000 ações nominativas, com o valor nominal de 5 €. Em 31 de Dezembro de 2016 o capital subscrito é detido por:

	2016		
	% de ações	Número de ações	Capital Subscrito
Sindicato Nac. Quadros e Técnicos Bancários	67,72%	203.148	1.015.740,00
Groupama, SA	19,32%	57.947	289.735,00
Sindicato dos Pilotos da aviação Civil	11,21%	33.615	168.075,00
Growth value-Soc.Gestora Particip.Sociais, SA	1,76%	5.290	26.450,00
Capital Social	100%	300.000	1.500.000,00

A USI vendeu a totalidade da sua posição acionista ao Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários em outubro de 2016.

17 Reservas legais

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

A reserva legal não está ainda totalmente constituída, estando o movimento dos anos de 2016 e 2015 espelhado no mapa de demonstração das alterações no capital próprio.

18 Outras reservas

Esta rubrica é constituída exclusivamente por reservas livres e o movimento dos anos de 2016 e 2015 encontra-se espelhado no mapa de demonstração das alterações no capital próprio.

19 Ajustamentos/outras variações no capital próprio

Os saldos registados nesta conta, nos exercícios de 2016 e 2015, dizem respeito aos ajustamentos relativamente à mensuração da participação financeira na subsidiária SGF - Estudos e Mediação de Seguros, Lda, pelo método da equivalência patrimonial, como se detalha:

	2016	2015
Ajustamento de transição	-	(5.031,17)
Resultados não distribuídos	-	68.139,63
Total	-	63.108,46

Em 2016 a SGF-Estudos e Mediação de Seguros, Lda foi liquidada em outubro.

20 Resultados transitados

Para além dos movimentos de aplicação dos resultados efetuados na sequência das deliberações das Assembleias-gerais onde foram aprovadas as contas, não se verificaram quaisquer outras operações com reflexos na conta “Resultados Transitados”, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015. O movimento efetuado em ambos os exercícios encontra-se espelhado no mapa de demonstração das alterações no capital próprio.

21 Provisões e Passivos Contingentes

a) A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 31 de Dezembro de 2015, tem o seguinte detalhe:

2016				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Garantias a clientes	2.740,64	-	(2.740,64)	-
Total	2.740,64	-	(2.740,64)	-

2015				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Garantias a clientes	7.862,22	-	(5.121,58)	2.740,64
Total	7.862,22	-	(5.121,58)	2.740,64

A SGF assume o risco de investimento com as garantias que foram atribuídas em determinados períodos nos seguintes produtos: PPR SGF Garantido, PPR Património Reforma Conservador, Fundo de Pensões Complementar de Reforma Específico e Fundo de Pensões Groupama. De acordo com o Relatório Risco de Investimento elaborado no final do exercício económico, constata-se que apenas em relação ao PPR Património Reforma Conservador, face as expectativas de evolução do valor do fundo, se estima que venha a ocorrer a necessidade de futuramente a SGF honrar essa garantia no montante de €2.740,64, valor este, que está reconhecido no balanço. À data de 31 de dezembro de 2016, a garantia do PPR SGF Garantido encontra-se totalmente financiada pois a SGF fez uma contribuição diretamente no Fundo no montante de 123.115,34 para financiar o défice que o fundo apresentava até esta data.

b) A SGF foi alvo de uma ação inspetiva por parte da Autoridade Tributária (AT), em relação ao Imposto do Selo que, segundo a AT, é devido pelas comissões de gestão e de subscrição cobradas aos fundos em 4%. Nesta inspeção resultaram liquidações de Imposto de Selo que ascende ao valor de €100.107,89 relativos aos anos de 2011 a 2014. Face a esta situação a SGF está a diligenciar junto da AT, no sentido de fazer prova que a SGF não deve Imposto de Selo, pois é esse o entendimento do setor em que opera. A SGF, solicitou a AT a suspensão do processo de execução, nos termos do n.º 2 do artigo 169º do CPPT, apresentando um seguro caução no valor de €127.658,25. A opinião da generalidade das gestoras de fundos de pensões, assim como da APFIPP e da Sociedade de advogados que a SGF contratou, suportadas por dois pareceres de especialistas, aponta indubitavelmente no sentido de que o Imposto de Selo não é devido, motivo pelo qual a SGF não registou qualquer provisão.

22 Fornecedores

A empresa liquida dentro dos prazos de pagamento estipulados as faturas aos seus fornecedores, onde se incluem os prestadores de serviços. Portanto, os saldos evidenciados no Balanço não assumem grande

significado.

Não existem saldos relativos a “partes relacionadas”.

23 Estado e outros entes públicos

A decomposição do valor relatado nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, é a seguinte:

	2016		2015	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	-	2.967,40	-	7.436,48
Impostos s/ rendimento - IRS	-	5.091,25	-	7.460,15
Contribuição Segurança Social	-	8.812,60	-	8.310,21
Imposto de selo	-	7.184,20	-	-
Outros impostos	1.798,01	-	1.189,36	-
Total	1.798,01	24.055,45	1.189,36	23.206,84

24 Outras dívidas a pagar

A decomposição do valor relatado nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, é a seguinte:

	2016	2015
	Corrente	Corrente
Remunerações a liquidar	53.165,48	62.531,48
Mediadores	21.209,96	29.571,25
Prest.Garantia ao PPR Garantido (i)	123.115,34	-
Outras dívidas por acréscimo	6.499,60	-
Outras dívidas a pagar	27.947,34	14.015,88
Outras dívidas a pagar	231.937,72	106.118,61

(i) o montante de €123.115,34 foi transferido em 20-02-2017 para o FP PPR Garantido

A rubrica de remunerações a liquidar tem registado a estimativa do valor correspondente à remuneração das férias, subsídio de férias e respetivos encargos, a liquidar dos colaboradores da SGF no ano seguinte. Os administradores não recebem subsídio de férias nem subsídio de natal.

25 Rédito

O rédito reconhecido pela empresa nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, é detalhado conforme se segue:

	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
Comissões de subscrição	20.934,97	3%	26.138,17	4%
Comissões de gestão	611.509,15	96%	634.946,91	94%
Comissões de reembolso	354,00	0%	191,18	0%
Serviço gestão de fundos alheios	-	0%	2.957,73	0%
Comissão de resseguro	-	0%	1.158,50	0%
Total das prestações de serviços	632.798,12	99%	665.392,49	98%
Juros obtidos	4.752,75	1%	11.064,86	2%
Dividendos	1.656,64	0%	632,17	0%
Total do rédito	639.207,51	100%	677.089,52	100%

Os juros obtidos e os dividendos estão incluídos na rubrica da demonstração de resultados “Outros rendimentos”, conforme se especifica na nota 29.

26 Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, é detalhada conforme se segue:

	2016	2015
Trabalhos especializados	39.972,73	43.523,29
Publicidade e Propaganda	10.802,95	34.596,02
Honorários	21.726,18	21.755,38
Comissões	17.674,20	19.644,52
Conservação e reparação	3.959,37	3.218,40
Outros trabalhos especializados	11.384,10	12.958,04
Materiais	3.853,32	3.903,52
Energia e fluidos	5.826,00	5.121,00
Deslocações e estadas	4.569,40	9.302,00
Rendas e alugueres	54.823,51	51.513,83
Comunicação	15.840,35	15.014,87
Seguros	19.220,85	15.779,77
Outros serviços diversos	30.382,60	35.227,07
	240.035,56	271.557,71

Os trabalhos especializados incluem, entre outros, serviços de consultoria e informática e apoio na prospeção comercial.

27 Gastos com o pessoal

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, é detalhada conforme se segue:

	2016	2015
Remunerações dos órgãos sociais (Nota6)	46.232,96	62.200,15
Remunerações do pessoal	313.058,13	308.597,84
Complementos facultativos de reforma	7.758,82	5.446,93
Encargos sobre remunerações	78.289,54	78.302,09
Seguros de acidentes de trabalho e doenças	2.110,76	2.085,45
Outros gastos	2.585,39	2.006,10
	450.035,60	458.638,56

A Sociedade tinha, no seu quadro de pessoal permanente, em 31 de Dezembro de 2016, treze funcionários.

28 Aumentos/reduções de justo valor

A rubrica de “Aumentos/reduções de justo valor” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, é detalhada conforme se segue:

	2016	2015
Obrigações	(652,11)	(139,54)
Ações	-	(3.839,98)
Unidades de participação	(2.345,27)	1.906,98
Reduções	-	-
	(2.997,38)	(2.072,54)

29 Outros rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, é detalhada conforme se segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Aplicação método de equivalência patrimonial	-	2.388,91
Ganhos em outros instrumentos financeiros	40.850,36	110.839,45
Juros obtidos (Nota 25)	4.752,75	11.064,86
Dividendos obtidos (Nota 25)	1.656,64	632,17
Correções relativas a períodos anteriores	287,60	7.041,09
Outros não especificados	0,30	124,28
Excesso de estimativa de imposto	137,52	-
Total	<u>47.685,17</u>	<u>132.090,76</u>

30 Outros gastos

A rubrica de Outros gastos e perdas nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, é detalhada conforme se segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Impostos	273,00	-
Aplicação método de equivalência patrimonial	36.167,97	-
Perdas em outros instrumentos financeiros	22.343,68	6.512,78
Bonificações de fidelidade	37.651,60	36.372,86
Quotizações	7.554,34	6.732,00
Correções relativas a períodos anteriores	424,58	1.623,06
Garantias atribuídas a clientes	138.242,92	3.948,27
Outros gastos	1.782,95	905,73
	<u>244.441,04</u>	<u>56.094,70</u>

31 Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

32 Informações exigidas por diplomas legais

A sociedade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a situação da Empresa perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Os encargos registados com os honorários do Revisor Oficial de Contas da sociedade cifram-se no montante de €15.682,50 no ano de 2016, incluindo o IVA à taxa de 23% que é assumido como custo.

O Conselho de Administração

Contabilista Certificada

SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal Exercício de 2016

Senhores acionistas da

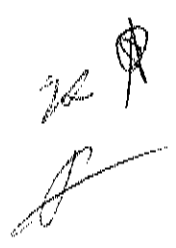
SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho fiscal, após ter procedido à análise do Balanço, das Demonstrações dos Resultados por Natureza, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa, bem como do Anexo às Demonstrações Financeiras, elementos estes preparados pelo Conselho de Administração e que acompanhavam o Relatório de Gestão relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 da SGF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (doravante SGF):

O Conselho Fiscal com a periodicidade que considerou conveniente, ao longo do exercício em análise, acompanhou a gestão da empresa e a evolução dos seus negócios, através dos contactos que estabeleceu com os serviços e com o Conselho de Administração, com quem manteve estreita colaboração, tendo tido acesso às Atas deste órgão, bem como a toda a documentação considerada necessária, não tendo no decurso destas e de outras diligências tomado conhecimento de qualquer situação que viole as disposições legais e estatutárias.

O Conselho Fiscal no decurso dos contactos estabelecidos, exercitou as competências formuladas no art.º 420º do Código das Sociedades Comerciais, tendo designadamente apreciado as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira, nomeadamente em reuniões que manteve com os Administradores Executivos e a responsável dos serviços financeiros, que sempre prestou as informações tidas como relevantes. Assim o Conselho Fiscal considera as políticas e critérios contabilísticos adequados e consistentes com os exercícios anteriores, bem como considera adequado o funcionamento do sistema de gestão de riscos e a eficácia do sistema de controlo interno, realçando em especial a melhoria verificada a partir do 2º semestre de 2016 por via do Acordo de Consultoria na Gestão do Património dos Fundos SGF assinado com a Golden Assets – Sociedade Gestora de Património, S.A. a 9 de agosto de 2016.

Foi ainda analisado o Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração, que no entender deste Conselho cumpre os requisitos legais e estatutários e é elucidativo dos principais aspetos que circunscreveram a atividade da SGF em 2016.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

O Conselho Fiscal apreciou também, nos termos da lei, o Relatório de Auditoria elaborado pelo Revisor Oficial de Contas Dr. Francisco Xavier Alves, tendo igualmente tomado conhecimento da sua Certificação Legal de Contas sobre as referidas demonstrações Financeiras, referentes ao exercício de 2016, com a qual concorda.

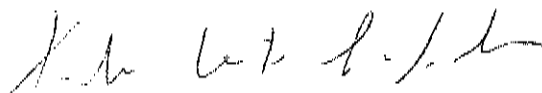
Face ao exposto, é Parecer deste Conselho que sejam aprovados:

- i. O Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016;
- ii. A proposta de aplicação de Resultados Líquidos apresentada pelo Conselho de Administração;
- iii. Um voto de louvor ao Conselho de Administração pela forma eficaz como conduziu e desenvolveu os negócios da Sociedade e a todos os colaboradores pela sua colaboração dedicada.

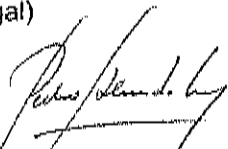
Lisboa, 29 de março de 2017



José Alexandre Pereira Soares de Santo António
(Presidente)



Pedro Miguel Henriques Leite da Silva
(Vogal)



Pedro Miguel de Oliveira Almeida Cruz
(Vogal)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditei as demonstrações financeiras anexas de SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, que compreendem o balanço em 31/12/2016 (que evidencia um total de 1.135.721,09 euros e um total de capital próprio de 871.887,17 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 284.532,58 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em minha opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira de SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA em 31/12/2016, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A minha auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As minhas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Sou independente da Entidade nos termos da lei e cumprio os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estou convicto de que a prova de auditoria que obtive é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião.

Outras matérias

O exame a que procedi com vista a obter um grau de segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes, restringiu-se às demonstrações financeiras da SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, tendo ficado excluída, por não pertencer às minhas atribuições, a revisão das contas dos fundos sob sua gestão.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

12

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A minha responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a minha opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, faço julgamentos profissionais e mantenho ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identifico e avalio os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebo e executo procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtenho prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtenho uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avalio a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluo sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas

12

significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluir que existe uma incerteza material, devo chamar a atenção no meu relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a minha opinião. As minhas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do meu relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;

- avalio a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunico com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

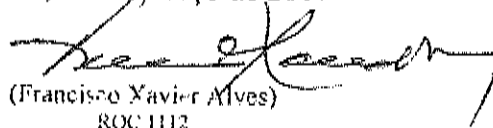
A minha responsabilidade inclui, ainda, a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 431.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, sou de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identifiquei incorrecções materiais.

Lisboa, 29 de Março de 2017


(Francisco Xavier Alves)
ROC 1112